

# Boa-vontade é pouco

**As mortes das crianças índias em Dourados contrastam com o aumento da população indígena no país. E se explicam por fatores estruturais, como a falta de terras e a expansão da soja**

Flávio Dagli

Abril deve ser um mês repleto de “programas de índio”, mas no bom sentido. Pelo menos é o que prometeram os integrantes do Fórum Nacional dos Direitos Indígenas, que anunciaram no final de março a programação do “Abril indígena”, uma série de eventos para protestar contra a política do governo federal para o setor. Estão previstos atos em Brasília para a conquista de pelo menos três objetivos: a homologação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima; a declaração de dez áreas como terras indígenas em vários Estados; e a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista, uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Dias antes do anúncio do “Abril Indígena”, o presidente Lula tomou uma atitude que vai na linha das reivindicações: ele assinou a homologação de 9.300 hectares como terra indígena dos guarani-caiuvás. A área, localizada no Município de Antônio João (MS), fica na região de fronteira com o Paraguai e a cerca de 120 km da cidade de Dourados.

Só que o ato presidencial teve a ver com outra coisa: a morte por desnutrição de crianças guarani-caiuvás, que ao encerrar-se o primeiro trimes-

tre de 2005, chegou a 16 (ao alto, mãe visita a cova da filha em Dourados). Apesar de a homologação ainda não garantir a posse definitiva da terra – ela é contestada na Justiça por fazendeiros –, ela mostrou que o governo federal sentiu a repercussão da morte das crianças.

**Mortalidade em queda** A mortalidade infantil indígena, no entanto, não parece ser generalizada em todo o Brasil: embora dados dos órgãos federais indicam que ela aumentou em 13 dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas do país entre 2003 e 2004, na média nacional os números estarem caindo desde 2002. Dourados seria um dos casos especiais, e combina fatores como o tamanho diminuto das reservas, insuficientes para abrigar uma população indígena crescente, com a expansão da cultura da soja na região.

Em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, coordenador do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, disse que “no caso do Mato Grosso do Sul e do Nordeste, a questão da terra

é gravíssima e não está resolvida”. Segundo ele, “era preciso entender que ao demarcar terras se está no meio de um grande processo de mudança social induzida e que era preciso fazer isso direito, em diálogo com os índios, com pesquisas, com recursos para criar alternativas”. O próprio presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, admitiu, em entrevista à *Folha*, que em Mato Grosso do Sul há cerca de 12 mil índios vivendo em apenas 3,5 mil hectares. Segundo ele, “se fosse um acampamento do MST, só caberiam mil pessoas” naquela área.

Gomes disse que as mortes por desnutrição de crianças indígenas vêm acontecendo há anos. Explicou que enquanto aumenta rapidamente a população indígena, a área dos territórios a ela reservados não cresce, de modo que há cada vez maior pressão da população sobre os mesmos recursos, cada dia mais escassos, de suas terras. Quando as reservas foram demarcadas, há décadas, se imaginava que os índios eram uma população residual em vias de extinção e, assim, não necessitavam de muitas terras. O presidente da Funai, citando cifras redondas, disse que o

total de índios no Brasil atualmente é de 450 mil e que há 50 anos eles eram apenas 120 mil.

Esse expressivo aumento populacional deve continuar: enquanto a média do crescimento demográfico nacional é de 1,6% ao ano, entre a população indígena a taxa é de 3,5% ao ano. Especialistas discutem, atualmente, as causas do fenômeno. Uma hipótese provável é a da forte queda da mortalidade, em decorrência da melhoria do atendimento à saúde. Outra, é uma elevação da taxa de fecundidade, que estaria em níveis muito superiores aos da população não-indígena, e corresponderia a uma recuperação populacional mais ou menos consciente das comunidades.

Mas, como explicar o que ocorre em Dourados? Para o ministro da Saúde, Humberto Costa, “as mortes estão dentro dos números que normalmente acontecem”. A questão, seria então, que parte da mídia nacional passou a ser importar com algo antigo. Seja como for, o episódio de Dourados é uma oportunidade para discutir em mais profundidade a situação dos índios de Mato Grosso do Sul.

O caso dos guarani-caiuvás é exemplar. Além de pequena, sua reserva em Dourados é escassa de recursos naturais, como afirmou o médico pediatra Zelik Trajber, que desde 2001 trabalha com a etnia. Em entrevista publicada no *Jornal do Brasil* em

meados de março, ele disse que a área que os índios habitam não tem nem rio. “Mal e mal, de vez em quando tem um corregozinho, e com água contaminada pelas lavouras [da região]”.

**Medidas emergenciais** Uma das principais causas da contaminação a qual o pediatra se refere é a expansão da cultura da soja, que sufoca as pequenas reservas indígenas do Estado. Contribui para isso o fato de parte dessa terra ser arrendada a fazendeiros pelos índios para o cultivo da planta. “Todas as áreas estão poluídas de soja, de defensivos agrícolas”, também reconhece o presidente da Funai. Para ele, é necessário que se encontre “um modo de seguir a legislação, de proteger as nascentes dos rios, dentro e fora das áreas indígenas”.

Enquanto não há uma solução para o problema da terra, os governos estadual e federal adotaram medidas emergenciais: foi inaugurada uma nova ala de pediatria do Hospital Universitário em Dourados; distribuída a chamada multimistura (farinha fabricada a baixo custo utilizada como suplemento alimentar) para as crianças desnutridas; o número de famílias indígenas atendidas pelo Bolsa Família cresceu em 484; e foram distribuídas emergencialmente cestas básicas.

A boa-vontade demonstrada nos es-

forços governamentais, no entanto, parece tropeçar em questões que envolvem a cultura e o modo de vida das populações indígenas. As cestas básicas distribuídas, por exemplo, contêm ingredientes que não são compatíveis com os hábitos alimentares dos índios, como açúcar, óleo e farinha de trigo. Alguns índios não puderam ser incluídos no Bolsa-Família por não possuírem documentos. Além disso, famílias indígenas retiram seus filhos dos hospitais por não aceitarem que suas crianças sejam submetidas aos tratamentos ministrados pelos médicos.

**Falta verba** Para superar isso, o pediatra Trajber receita mais diálogo com os índios, pois “cada pequeno grupo pode ter uma solução para o que pretende”. Ele diz que obteve bons resultados na área de saúde infantil quando as equipes passaram a visitar “casinha por casinha” da região e a dialogar com as famílias. Segundo ele, quando chegou, a média de mortalidade infantil era de 140 mortos por mil nascidos vivos, taxa que, em 2004, caiu para 64 para cada mil. De acordo com o polonês naturalizado brasileiro, até a resistência à medicina branca foi caindo, na medida em que os índios passaram a ver a eficiência do trabalho.

Esse tipo de solução, no entanto, requer que os órgãos públicos envolvidos com a questão sejam reforçados, não só do ponto de vista da infraestrutura, mas, principalmente do pessoal empregado: é necessário que sejam contratados especialistas para atuar junto aos índios. Mas, isso esbarra num fator mais geral: o da disponibilidade de verbas. Relatório da Anistia Internacional, divulgado no final de março, sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, crítica a política indigenista do governo brasileiro, a qual estaria “repetindo e exacerbando erros e omissões” de governos anteriores. E afirma que a Funai sofre com a “falta de verba”, “corrupção” e “problemas internos”. Pelo menos quanto à falta de dinheiro, a avaliação é confirmada pelo próprio presidente do órgão, que diz que o orçamento ideal para a Funai é de R\$ 160 milhões. “E hoje [para 2005] temos R\$ 117 milhões”. ■

*Gomes, presidente da Funai: o orçamento ideal é de R\$ 160 milhões, mas “hoje temos R\$ 117 milhões”. A Anistia Internacional diz que, além da falta de dinheiro, o órgão sofre de “corrupção” e “problemas internos”*



Diada Sampaio/ AE